Demonstrações Financeiras

Mercury Investments Participações S/A

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com. hr

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Mercury Investments Participações S.A.** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercury Investments Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade

CRC-PE-026317/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante Caixa e equivalentes de caixa Imposto a recuperar	3	473 3	206
Total do ativo circulante		476	206
TOTAL DO ATIVO		476	206
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2021	31/12/2022
Passivo circulante Fornecedores Obrigações tributárias	4	154 9	-
Total do passivo circulante		163	-
Passivo não circulante	0	4.40	
Provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas Total do passivo circulante	8	140 140	-
Patrimônio líquido	5		
Capital social		3.150	950
Prejuízos acumulados Total do patrimônio líquido		(2.977) 173	(744) 206
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		476	206

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Despesas operacionais Despesas administrativas	6	(2.246)	(744)
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(2.246)	(744)
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras Total resultado financeiro	7 - -	15 (2) 13	- - -
Prejuízo do exercício	- -	(2.233)	(744)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(2.233)	(744)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.233)	(744)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Constituição e aumento de capital social Prejuízo do período	5	950 -	- (744)	950 (744)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	950	(744)	206
Aumento de capital social Prejuízo do exercício	5	2.200	(2.233)	2.200 (2.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	- -	3.150	(2.977)	173

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício		(2.233)	(744)
Ajustes no lucro para: Provisão para riscos trabalhista e tributário	8	140	
·		(2.093)	(744)
Aumento (redução) dos ativos operacionais Tributos a recuperar		(3)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais Fornecedores Obrigações tributárias	4	154 9	- -
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.933)	(744)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Aumento de capital social	5	2.200	950
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.200	950
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		267	206
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício No fim do exercício	3	206 473	- 206
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	J	267	206

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Mercury Investments Participações S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 301, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01452-000.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2021 e tem como único acionista o fundo Perfin Discovery Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. O seu objeto social é a participação, em caráter permanente ou temporário, em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou cotista e titular de debênture, exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, que tenham sido constituídas com o objeto principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, participar de licitações para concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e outros, que porventura venha a participar, incluindo, a prática de atividades de construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, subestação, linhas de transmissão e suas conexões, integrantes da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica no sistema interligado nacional.

Em 16 de dezembro de 2022, o Consorcio Olympus XIV, em que Mercury Investments detém 0,06225% de participação (sendo a Alupar Investimentos S.A. ("Alupar") a detentora do restante), consagrou-se vencedor do lote 6 do Leilão nº 002/2022-ANEEL, destinado a contratar concessões do serviço público de transmissão de energia elétrica ("Lote 6" e "Leilão", respectivamente). O Lote 6 é uma subestação já em operação, localizada no centro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("SE Centro"), em que o novo operador deverá fazer investimentos de cerca de R\$500 milhões.

1.1. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020 a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 10 de março de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.5. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.6. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real Anual.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

- Custo amortizado um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) O CPC 48 define um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (impairment) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- Baixa de ativos financeiros A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u> - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão para contingências trabalhistas, conforme descrito na Nota 8. Com exceção a esta provisão, a Companhia e suas Controladas não têm conhecimento sobre outros assuntos que necessitem de provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2022 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
 - IAS 37 Contrato Oneroso custos de cumprimentos de contrato;
 - CPC 27 Ativo imobilizado vendas antes do uso pretendido;
 - CPC 15 (R1) Referência à Estrutura conceitual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do período quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	473	206
Total	473	206

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 70% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98,5% em 31 de dezembro de 2021).

4. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de serviços (*)	154	-
	154	-

^(*) Prestação de serviços advocatícios, com prazo médio de 30 dias para pagamento.

5. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado e subscrito e integralizado é de R\$3.150, divido em 3.150.000 ações ordinárias nominativas e totalmente integralizado. (R\$1.150 capital subscrito e R\$200 a integralizar em 31 de dezembro de 2021).

	202	2	202	21
Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	3.150.000	100,00%	1.150.000	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social -- Continuação

Os detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 28 de janeiro de 2021, a Companhia foi constituída com um capital social inicial de R\$0,4 dividido em 400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido totalmente integralizado em 14 de maio de 2021.

Em 02 de março de 2021, a Companhia realizou um aumento de capital subscrito de R\$49,6 dividido em 49.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido totalmente integralizado em 14 de maio de 2021 o montante de R\$50.

Em 24 de agosto de 2021 realizou um aumento de capital subscrito de R\$600 dividido em 600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido totalmente integralizado em 26 de agosto de 2021.

Em 06 de dezembro de 2021, a Companhia realizou um aumento de capital subscrito de R\$500 dividido em 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, tendo sido integralizado o valor de R\$300 em 22 de dezembro de 2021, ficando um no valor de R\$200 a ser integralizado até 30 de dezembro de 2022.

Em 08 de julho de 2022, o acionista realizou um aumento de capital subscrito de R\$2.000 dividido em 2.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00. Entre 30 de maio de 2022 e 29 de dezembro de 2022 foi integralizado R\$2.200, sendo R\$200 referente o capital a integralizar em 31 de dezembro de 2021 e R\$2.000 referente o capital subscrito em 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social -- Continuação

Movimentação do capital social--Continuação

Descrição	Data	Ações	Capital social
Constituição da Companhia	11/02/2021	1	1
Aumento de capital - integralização de Capital	02/03/2021	49	49
Aumento de capital - integralização de Capital	24/08/2021	600	600
Aumento de capital - integralização de Capital	06/12/2021	300	300
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u> -	950	950
Aumento de capital - integralização de Capital	30/05/2022	160	160
Aumento de capital - integralização de Capital	10/06/2022	40	40
Aumento de capital - integralização de Capital	12/07/2022	400	400
Aumento de capital - integralização de Capital	15/07/2022	1.190	1.190
Aumento de capital - integralização de Capital	31/10/2022	15	15
Aumento de capital - integralização de Capital	18/11/2022	5	5
Aumento de capital - integralização de Capital	29/12/2022	390	390
Total Integralizações de Capital em 2022	- -	2.200	2.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	- -	3.150	3.150

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período/exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia apurou prejuízos nos exercícios de 2022 e 2021, não constituindo assim reserva legal.

Remuneração dos administradores

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios de 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Despesas gerais

As despesas gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	2022	2021
Serviços advocatícios (*)	(1.085)	(258)
Serviços de consultoria, administração e financeira (*)	(975)	(3)
Provisões trabalhistas e tributárias	(140)	. ,
Serviços contábeis	(22)	(165)
Despesas com participação em leilão	-	(305)
Outras	(24)	(13)
	(2.246)	(744)

^(*) Despesas incorridas na participação dos leilões e prospecções de novos investimentos pela Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para as quais a Companhia não tem expectativa de recebimento.

7. Resultado financeiro

O resultado financeiro apresenta os saldos conforme abaixo:

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	15	-
Subtotal	15	
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	(2)	
Subtotal	(2)	-
Total	13	-

8. Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconheceu uma provisão de riscos prováveis, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 140, referente à processos trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	— Classificação	Nível
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	473	473	206	206	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	154	154	-	-	Custo amortizado	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

Gestão de Riscos

i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

iii) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de 18 de janeiro de 2023, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022 e 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
financeiras			_		Risco de Redução		Risco de Aumento		
(em milhares		% do	Posição em	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
de R\$)	Indexador	Indexador	31/12/2022	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
			_	9,6250%	4,8125%	7,2188%	12,0313%	14,4375%	
Aplicações									
financeiras	CDI	70,0%	473	46	23	34	57	68	
Total			473	46	23	34	57	68	

10. Eventos subsequentes

Em 5 de janeiro de 2023, foi constituída uma SPE, pela Mercury Investiments e Alupar, Investimentos S.A. com o propósito específico de exploração dos serviços de transmissão de energia elétrica objeto do Lote 6. A participação da Mercury Investments nessa SPE é de 0,06%, e passará para 49% a partir da data da assinatura do contrato de concessão do Lote 6, a assinatura desse contrato está prevista para março de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Eventos subsequentes--Continuação

A ISA CTEEP, concessionária do serviço de O&M da SE Centro, questionou a relicitação do ativo, defendendo a autorização das obras previstas como reforços de transmissão. Em 18 de janeiro de 2023, o Tribunal de Contas da União manifestou-se contra a licitação do Lote 6 do Leilão, o que culminou na suspensão da habilitação do Consórcio Olympus XIV, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica. Atualmente, os vencedores do Leilão estão tomando as medidas legais cabíveis para reverter a decisão do Tribunal de Contas da União e viabilizar a declaração da sua habilitação, bem como a homologação do resultado do Lote 6 e adjudição do seu objeto.

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 23 de janeiro de 2023 foi feito um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de MR\$300.

Em 28 de fevereiro de 2023 foi feito um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de MR\$490.
